

A luta pela autonomia

O que está em jogo nesse momento é a independência política e funcional da Polícia Federal. Crise em torno da nomeação do diretor-geral apenas escancarou disputa interna entre delegados e agentes da corporação

A saída de Sergio Moro do Governo Federal aumentou ainda mais a temperatura política em Brasília. Ele deixou o governo por discordar da exoneração do diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Maurício Valeixo. Na entrevista coletiva em que anunciou seu desligamento, o agora ex-ministro da Justiça e Segurança Pública acusou Jair Bolsonaro de tentar interferir nas investigações em andamento, que supostamente alcançariam pessoas próximas ao presidente. Poucos dias depois, o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou abertura de inquérito para investigar denúncias do ex-ministro.

Para substituir Valeixo, Bolsonaro indicou o diretor da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Alexandre Ramagem. No entanto, a nomeação foi sustada pelo Ministro Alexandre de Moraes, porque supostamente Ramagem seria amigo próximo dos filhos do presidente. Isso acabou por gerar tensão entre os poderes Executivo e Legislativo. Bolsonaro chegou a dizer que o país “quase” chegou a uma crise institucional.

Finalmente, nesta segunda-feira (4/5), o presidente nomeou o delegado federal Rolando Alexandre de Souza para dirigir a Polícia Federal. Souza foi superintendente da PF em Alagoas e até semana passada era o secretário de planejamento na ABIN. Seu primeiro ato foi exonerar, a pedido do presidente da República, o superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro.

O que está por trás dessa crise é a autonomia política e funcional do Departamento de Polícia Federal. Ao longo da Nova República, o DPF tem se tornado cada vez mais autônomo e especializado, uma vez que a Constituição Federal de 1988 ampliou suas atribuições, que passaram a incluir a funções de polícia judiciária. O que permitiu que a Polícia Federal passasse a instaurar inquéritos e cumprir mandados de busca e apreensão.

Em 1992, o presidente Fernando Collor indicou Amauri Galdino para ser o primeiro delegado federal a dirigir a instituição. Desde então, a escolha dos diretores gerais, prerrogativa do presidente da República, passou a valorizar nomes técnicos em detrimento de escolhas políticas. Em 2003, foi aprovado o novo Plano Especial de Cargos que, na prática, concedeu maior autonomia funcional para atuação dos delegados federais.

A atuação da Polícia Federal também tem se tornado mais especializada. A partir dos anos 2000, foram criadas delegacias especializadas sobre crimes financeiros, crime organizado e crimes contra o patrimônio. As investigações se tornaram mais complexas, resultando em grandes operações policiais. Ao passo que a atuação dos policiais se especializou, as disputas internas entre delegados e agentes também ficaram mais acirradas.

Durante o governo de Jair Bolsonaro temos assistido tentativas de intervenção nas investigações em curso. Não foi a primeira vez e dificilmente será a última. O presidente Michel Temer também quis exonerar o diretor-geral para interferir numa investigação. Não conseguiu. Temer teve que exonerar o delegado Fernando Segovia menos de 100 dias após tê-lo nomeado.

A substituição do diretor-geral e do superintendente do Rio de Janeiro podem acirrar ainda mais as disputas internas. Entretanto, vale lembrar que a Polícia Federal já não pode ser vista como aquela instituição dos anos 1980 e 1990. As tentativas de intervenção verificadas nos últimos anos não a abalaram. Pelo contrário, parecem ter fortalecido sua luta por autonomia.

<https://backup.forumseguranca.org.br/editorial/template-1-editorial-utgfh-8pvmm-inbv9-8tbin-a49xh-8p623-m7siq-gffj5-pbz9d-58ukz-pn3o6-vj75r-xdc2f>

